

RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.279 - AC (2018/0254153-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : FRANCISCA DELINA DE LIMA
ADVOGADOS : PAULO HENRIQUE MAZZALI - AC003895
GISELI ANDRÉIA GOMES LAVADENZ MAZZALI - AC004297
RECORRIDO : YMPACTUS COMERCIAL S/A
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por FRANCISCA DELINA DE LIMA, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, em face de acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Acre, assim ementado (e-STJ fl. 66):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. TELEXFREE. TEORIA DA DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. INCIDENTE DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. TITULARIDADE DO CRÉDITO. FATO NOVO. LEGITIMIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. É indispensável à propositura de liquidação individual da sentença coletiva prolatada em Ação Civil Pública a apresentação de elementos que demonstrem, minimamente, a existência de relação jurídica entre as partes.

2. Não é possível a análise dos pedidos de distribuição dinâmica do ônus da prova e de instauração do incidente de exibição nos casos em que a parte autora não demonstrou, ainda que minimamente, o fato constitutivo do direito alegado.

2. Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta ofensa ao art. 373 do CPC/15; e 206, § 5º, I, do Código Civil, sustentando, em síntese, que *o pedido do autor está condicionado a apresentação de documentação por parte da empresa Recorrida, e para tanto é imprescindível a aplicação do artigo 373, § 1º do CPC, considerando a extrema dificuldade que a Recorrida tem em apresentar qualquer documentação, até mesmo pelo decurso do tempo e natureza do negócio realizado.*

É o relatório.

Passo a fundamentar.

A irresignação não procede.

Quanto à tese de necessidade de inversão do ônus da prova, concluiu a Corte de origem, *in verbis*:

No caso, embora a agravante tenha declarado que é beneficiária da sentença coletiva, bem como a sua condição de investidora e o valor investido, não há nos autos principais nenhum elemento de prova, por mínimo que seja, apto a demonstrar a existência de relação jurídica entre as partes.

Por esse motivo, em que pese o esforço da agravante em querer atribuir à agravada a obrigação de demonstrar o vínculo que teria existido entre elas, em razão da dificuldade de acesso ao escritório virtual, entendo que àquela caberia mínima comprovação da relação jurídica estabelecida com a empresa, a fim de respaldar sua figuração do polo ativo da lide.

Partindo desta premissa, não é possível analisar a redistribuição do ônus da prova (art. 373, § 1º, CPC), tampouco o pedido de exibição de documentos (art. 396, CPC), se a parte autora não demonstrou o fato constitutivo do direito alegado, ou seja, não juntou elementos que demonstrem, mesmo de forma perfunctória, ser ela parte legítima e interessada no deslinde da causa proposta.

Sobreleva anotar que diversos documentos, que não são produzidos ou armazenados exclusivamente no site da agravada, podem servir para instrumentalizar a prova inicial, a exemplo de respostas de e-mail da empresa, comprovantes de pagamento de boletos relativos à aquisição de back offices, telas de sistema que confirmem a ativação dos back offices, extratos e documentos bancários que comprovem o recebimento de valores provenientes da agravada, dentre outros.

Posto isso, constatada a conduta omissiva da agravante, que impede a análise dos pedidos de exibição de documento e de distribuição dinâmica do ônus da prova, nego provimento ao recurso. (fls. 71-72 - grifou-se)

Ocorre que a parte agravante não rebateu de forma específica e suficiente referida fundamentação, o que atrai, na hipótese, a incidência, por analogia das Súmulas nº 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SÚMULA Nº 7/STJE

NºS 283 E 284/STF. DEFICIÊNCIA NA COMPROVAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

1. A ausência de impugnação dos fundamentos do aresto recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo, por analogia, o enunciado das Súmulas nºs 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.

2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. A divergência jurisprudencial, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos julgados que configurem o dissídio, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações, o que não restou evidenciado na espécie.

4. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 293.137/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/2014, DJe 29/10/2014)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO HOSTILIZADO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283 E 284/STF. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1.. A falta de impugnação objetiva e direta aos fundamentos do acórdão recorrido, denota a deficiência da fundamentação recursal que apegou-se a considerações secundárias e que de fato não constituíram objeto de decisão pelo Tribunal de origem, a fazer incidir, no particular, as Súmulas 283 e 284 do STF.

2. A análise da retensão recursal, a fim de se examinar a validade da perícia realizada, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos o enunciado da Súmula 7 do STJ.

3. Inviável o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional, se a análise do dissenso pretoriano depender do revolvimento de matéria fático probatória.

4. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa." (AgRg no AREsp 69.414/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/10/2014, DJe 16/10/2014)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator